

# Previsões para 82 CORREIO BRAZILIENSE

Crescimento de cinco por cento para o Produto Interno Bruto, inflação em torno dos setenta por cento baixando para uma média mensal entre 3,5 e quatro por cento, mais de dez bilhões de dólares de déficit em contas correntes. Essas as previsões da assessoria econômica do Ministério do Planejamento para 1982.

Para que elas se cumpram, a Secretaria do Planejamento conta com certa ajuda externa. O déficit de dez bilhões de dólares em contas correntes, por exemplo, é uma previsão reconhecidamente otimista, talvez otimista até demais. Para se chegar a ela, um dos componentes de cálculo é uma estimativa de quinze por cento para a taxa média anual dos juros no mercado internacional.

Essa ajuda de fora, porém, pode vir mesmo. Os juros estão caindo, embora pouco. Dos 20,5 por cento a que chegava há alguns meses, a **prime rate** está agora a desseze por cento, e alguns dos principais bancos norte-americanos já admitiram nova redução de meio ponto. E essa variável é extremamente importante. Além de condicionar a taxa interna de juros e de afetar as exportações brasileiras, cada ponto percentual de aumento custa ao endividado Brasil entre 400 e 450 milhões de dólares.

"Em 1981 sofremos todos os esforços adversos da alta de juros; não dava para conviver com uma taxa tão elevada lá fora" — diz o Chefe da Assessoria Econômica de Delfim, Akihiro Ikeda. Para ele, mesmo se a taxa se mantiver nos níveis atuais, já será possível pensar em crescimento econômico e em melhorar o balanço de pagamentos. Nesse sentido — e embora possa haver percalços — o crescimento de cinco por cento para o PIB acompanha a queda da inflação, o aumento do **superavit** da balança comercial e o declínio do déficit em conta corrente ao longo de 1982.

Um déficit como esse, mesmo segundo os cálculos mais otimistas, continuará pressionando para cima a dívida externa. Em outras palavras, a dívida externa continuará a crescer. O problema, para as previsões, é apenas de ritmo. Persistindo-se na política atual — e tendo-se ajuda da taxa externa de juros —, pode-se pensar a médio prazo em fazer cair o déficit em contas correntes para um percentual razoável do Produto Interno Bruto, algo entre 1,5 e 2,5 por cento, quando hoje está em 3,5 por cento.

Não se acredita, no entanto, em um declínio maior da inflação. A boa aposta para 82 estará entre setenta e oitenta por cento. É isso acontece mesmo estando contornadas quase todas as principais causas da inflação, apontadas já há uns dois anos. Entre elas estão o déficit do setor público, o aumento dos preços externos — em especial o do petróleo —, a escassez de alimentos, a política monetária que ratificava os aumentos, a política salarial.

A escassez de alimentos foi contornada, embora ao custo de uma expansão do déficit do Governo. Os pre-

ços externos igualmente se estabilizaram, com exceção dos juros. O déficit ainda existe e não é pequeno, mas, de acordo com a Secretaria do Planejamento, mostra tendência para declinar, uma vez que seus principais estímulos, o aumento dos subsídios e o descontrole das estatais, estão aos poucos sendo contidos. A política monetária foi drasticamente alterada, e hoje é restritiva, visando, aliás, mais ao controle do balanço de pagamentos que o combate à inflação.

Apesar de tudo isso a inflação não cairá mais rápido. Para isso contribuem alguns imprevistos, de que o melhor exemplo é mais uma vez o rombo da Previdência. De alguma forma, ele precisará ser coberto, e, vindo essa cobertura dos cofres públicos, se estará empurrando para cima o déficit governamental. E, ainda por cima, a própria inflação traz em si, embutidas, as sementes de sua manutenção.

Não se trata ai apenas do chamado fator psicológico, da expectativa individual de continuidade da inflação, de descrença no seu declínio. Há, isto sim, condicionantes econômicas, com relevo especial para as taxas de juros e à política salarial. Uma empresa que empine hoje seu papagaio pagará por ele juros pré-fixados de 140 por cento ao ano, assim como reajustará os salários numa base de 37 a quarenta por cento no semestre. Se a inflação ficar muito abaixo disso, se não puder cobrar em seus produtos um reajuste comparável a esse, a empresa quebra. Como, aliás, quebra também a Receita Federal, que arrecadará menos do que o necessário para financiar os programas governamentais elaborados com base em uma inflação prevista de 75 por cento.

O que se pode esperar, em termos de quebra na inflação, está portanto em um índice de setenta por cento, provavelmente um pouco mais. A taxa mensal, que chegou à média de seis por cento durante o primeiro semestre, alcança agora cerca de cinco por cento. Deverá declinar durante o ano que vem e, segundo calcula a **Seplan**, 82 poderá terminar com uns 3,5 a quatro por cento. Para se ter uma idéia, a manutenção de uma taxa de cinco por cento durante doze meses implica um índice de oitenta por cento; de quatro por cento, sessenta por cento em um ano.

Índice como esses — em especial a queda dos juros externos — permitem pensar-se em uma retomada no crescimento. Principalmente se forem cumpridas as previsões de saldos crescentes na balança comercial. Já se pode pensar, também, em aumentar um pouco as importações necessárias à expansão da indústria. Afinal, reconhece-se abertamente na Secretaria de Planejamento, que a economia caiu mais do que se esperava. Mantendo-se a política agressiva de exportações e o controle monetário, a assessoria de Delfim acredita que agora será possível conciliar crescimento econômico com a contenção do balanço e com o combate à inflação.